

Capítulo 1

O que é a filosofia?

VOU ENTÃO LHE CONTAR a história da filosofia. Não toda, certamente, mas pelo menos de seus cinco maiores momentos. Eu lhe darei exemplos de uma ou duas grandes visões do mundo ou, como se diz às vezes, de um ou dois grandes “sistemas de pensamento” ligados a uma época, a fim de que você possa começar a ler sozinho, se tiver vontade. Logo de saída, quero também lhe fazer uma promessa: se você se der o trabalho de me acompanhar, saberá de verdade o que é a filosofia. Terá mesmo uma idéia bastante precisa para decidir se quer ou não se interessar por ela, lendo, por exemplo, mais a fundo um dos grandes pensadores sobre os quais vou lhe falar.

Infelizmente — a menos que, ao contrário, seja uma coisa boa, uma astúcia da razão para nos obrigar a refletir — a pergunta que deveria ser óbvia, “O que é a filosofia?”, é uma das mais controversas que conheço. A maioria dos filósofos atuais ainda a discute sem conseguir chegar a um acordo.

Quando eu estava no final do curso, meu professor me garantia que se tratava “simplesmente” de uma “formação

do espírito crítico e da autonomia”, de um “método de pensamento rigoroso”, de uma “arte da reflexão” enraizada numa atitude de “espanto”, de “questionamento”... Ainda hoje você encontrará essas definições em muitas obras de iniciação.

Apesar de todo o respeito que sinto por ele, penso que tais definições não têm quase nada a ver com a base da questão.

Certamente é preferível que em filosofia se reflita. Que se pense nela, se possível, com rigor e, por vezes, de modo crítico e interrogativo também. Mas nada disso tem absolutamente nada de específico. Estou certo de que você mesmo conhece inúmeras outras atividades humanas sobre as quais nos interrogamos, sobre as quais tentamos discutir do melhor modo possível, sem que sejamos obrigatoriamente filósofos.

Os biólogos e os artistas, os físicos e os romancistas, os matemáticos, os teólogos, os jornalistas e até os políticos refletem ou se interrogam. Nem por isso, que eu saiba, são filósofos. Uma das principais extravagâncias do período contemporâneo é reduzir a filosofia a uma simples “reflexão crítica” ou ainda a uma “teoria da argumentação”. A reflexão e a argumentação são, sem dúvida alguma, atividades altamente apreciáveis. É verdade que são mesmo indispensáveis à formação de bons cidadãos, capazes de participar com alguma autonomia da vida da cidade. Mas trata-se aí apenas de meios para outros fins diferentes da filosofia — pois esta não é nem instrumento político nem muleta da moral.

Sugiro então que você ultrapasse esse lugar-comum e aceite, por agora, uma outra abordagem, enquanto não é capaz de ver por si mesmo.

Ela parte de uma consideração muito simples, mas na qual se encontra latente a interrogação central de toda filo-

sofia: o ser humano, diferentemente de Deus — se é que ele existe —, é mortal ou, para falar como os filósofos, é um “ser finito”, limitado no espaço e no tempo. Mas, diferentemente dos animais, é o único que tem consciência de seus limites. Ele sabe que vai morrer e que seus próximos, aqueles a quem ama, também. Ele não pode, portanto, evitar interrogar-se sobre essa situação que, *a priori*, é inquietante, até mesmo absurda e insuportável. Certamente é por isso que ele se volta de imediato para as religiões que lhe prometem a “salvação”.

A finitude humana e a questão da salvação

Gostaria que você compreendesse bem esta palavra — “salvação” — e percebesse também como as religiões tentam assumir as questões que ela levanta. Porque o mais simples, para começar a delimitar o que é a filosofia, ainda é, como você vai ver, situá-la em relação ao projeto religioso.

Abra um dicionário e verá que “salvação” designa primeiramente e antes de tudo “o fato de ser salvo, de escapar a um grande perigo ou a uma grande desgraça”. Muito bem. Mas de que catástrofe, de que perigo medonho as religiões pretendem nos fazer escapar? Você já sabe a resposta: é da morte, sem dúvida, que se trata. Eis por que todas elas vão se esforçar, de diferentes formas, para nos prometer a vida eterna, para nos garantir que um dia reencontraremos aqueles que amamos — parentes e amigos, irmãos e irmãs, esposos e esposas, filhos e netos, dos quais a existência terrestre, inelutavelmente, vai nos separar.

No Evangelho de João, o próprio Jesus vive a experiência da morte de um amigo querido, Lázaro. Como qualquer outro ser humano, ele chora. Ele simplesmente vive a expe-

riência, como eu ou você, do dilaceramento ligado à separação. Porém, diferentemente de nós, simples mortais, ele tem o poder de ressuscitar o amigo. Ele diz que faz isso para mostrar que “o amor é mais forte do que a morte”. E, no fundo, essa mensagem constitui o essencial da doutrina cristã da salvação: a morte, para aqueles que amam, para aqueles que têm confiança na palavra do Cristo, é apenas uma aparência, uma passagem. Pelo amor e pela fé, podemos alcançar a imortalidade.

O que vem bem a propósito, é preciso confessar. O que desejamos, de fato, acima de tudo? Não queremos ficar sozinhos, queremos ser compreendidos, amados, não queremos ficar separados dos próximos, em resumo, não queremos morrer, nem que eles morram. Ora, a existência real, um dia ou outro, frustra todas essas expectativas. É, pois, na confiança em um Deus que alguns procuram a salvação, e as religiões nos asseguram que eles a conseguirão.

Por que não, se a pessoa crê nisso e tem fé?

Mas, para aqueles que não estão convencidos, para aqueles que duvidam da veracidade dessas promessas, o problema, é claro, permanece. E é justamente aí que, por assim dizer, entra a filosofia.

Tanto mais que a própria morte — a questão é crucial se você quer compreender o campo da filosofia — não é uma realidade tão simples quanto se pensa habitualmente. Ela não se resume ao “fim da vida”, a uma parada mais ou menos brutal da nossa existência. Para se tranquilizarem, alguns sábios da Antiguidade diziam que não se deve pensar nela, pois, das duas, uma: ou estou vivo, e a morte, por definição, não está presente, ou então ela está presente, e, também por definição, eu não estou presente para me afligir! Por que, nessas condições, se preocupar com um problema inútil?

O raciocínio, infelizmente, é por demais conciso para ser honesto. Pois a verdade é que a morte, ao contrário do que sugere o adágio antigo, possui faces diferentes *cuja presença é, paradoxalmente, perceptível no coração mesmo da vida mais viva.*

Ora, é exatamente isso o que, num momento ou outro, atormenta esse infeliz ser finito que é o homem, já que apenas ele tem consciência de que o tempo lhe é contado, que o irreparável não é uma ilusão, e que é preciso que ele reflita bem sobre o que deve fazer de sua curta vida. Edgar Allan Poe, num de seus mais famosos poemas, encarna essa idéia da irreversibilidade do curso da existência num animal sinistro, um corvo empoleirado na beira de uma janela, que só sabe dizer e repetir uma única fórmula: *Never more* — “nunca mais”.

Poe quer dizer que a morte designa em geral tudo o que pertence à ordem do “nunca mais”. Ela é, *no cerne mesmo da vida*, o que não voltará mais, o que pertence irreversivelmente ao passado, e que nunca mais poderemos reencontrar. Podem ser as férias da infância, passadas em lugares e com amigos de quem nos afastamos sem possibilidade de volta, o divórcio dos pais, as casas ou as escolas que uma mudança nos obriga a abandonar, e mil outras coisas: mesmo que não se trate sempre do desaparecimento de um ser querido, tudo o que é da ordem do “nunca mais” pertence ao registro da morte.

Você vê o quanto ela está longe de se resumir apenas ao fim da vida biológica. Conhecemos inúmeras encarnações de morte no seio mesmo da existência, e essas múltiplas faces acabam nos atormentando sem que o percebamos inteiramente. Para viver bem, para viver livremente, com alegria, generosidade e amor, precisamos, antes de tudo, vencer o

medo — ou, melhor dizendo, “os” medos, tão diversas são as manifestações do Irreversível.

Mas é justamente aí que religião e filosofia divergem fundamentalmente.

*Filosofia e religião: dois modos opostos
de abordar a questão da salvação*

Como de fato operam as religiões em face da ameaça suprema que elas dizem que podemos superar? Basicamente pela fé. É ela, e somente ela, na verdade, que pode fazer derramar sobre nós a graça de Deus: se você acredita em Deus, Ele o salvará, dizem elas. Para isso, exigem antes de tudo uma outra virtude, a *humildade*, que, segundo elas — e é o que não deixam de repetir os maiores pensadores cristãos, de Santo Agostinho a Pascal —, se opõe à arrogância e à vaidade da filosofia. Por que essa acusação lançada contra o livre pensamento? Por que este também pretende nos salvar, se não da morte, pelo menos das angústias que ela provoca, mas *por nossas próprias forças e em virtude apenas de nossa razão*. Eis aí, pelo menos do ponto de vista religioso, o orgulho filosófico por excelência, a audácia insuportável perceptível desde os primeiros filósofos, desde a Antiguidade grega, vários séculos antes de Jesus Cristo.

E é verdade. Por não conseguir acreditar num Deus salvador, o filósofo é antes de tudo aquele que pensa que, se conhecemos o mundo, compreendendo a nós mesmos e compreendendo os outros, tanto quanto nossa inteligência o permite, vamos conseguir, pela lucidez e não por uma fé cega, vencer nossos medos.

Em outras palavras, se as religiões se definem como “doutrinas da salvação” por um Outro, pela graça de Deus, as gran-

des filosofias poderiam ser definidas como doutrinas da salvação por si mesmo, sem a ajuda de Deus.

É assim que Epicuro, por exemplo, define a filosofia como uma “medicina da alma”,¹ cujo objetivo último é o de nos fazer compreender que “a morte não deve amedrontar”. Esse é também todo o programa filosófico que seu mais eminente discípulo, Lucrecio, expõe num poema intitulado *Sobre a Natureza das Coisas*:

É preciso, antes de tudo, expulsar e destruir esse medo do Aqueronte [o rio dos Infernos] que, penetrando até o fundo de nosso ser, envenena a vida humana, colore todas as coisas do negror da morte e não deixa subsistir nenhum prazer límpido e puro.

Isso é válido também para Epicteto, um dos maiores representantes de outra escola filosófica da Grécia antiga, o estoicismo, sobre o qual falarei daqui a pouco, que vai reduzir **todas** as interrogações filosóficas a uma única e mesma fonte: o medo da morte.

Vamos ouvi-lo quando se dirige a seu discípulo durante as conversas que com ele mantém:

Tens em mente — diz ele — que para o homem o *princípio de todos os males*, da baixeza, da covardia, é... o medo da morte? Exercita-te contra ela; que para isso tendam *todas as tuas palavras, todos os teus estudos, todas as tuas leituras e saberás que é o único meio que os homens têm de se tornarem livres.*²

¹ A partir desse ponto de vista, ele sugere quatro remédios contra os males diretamente ligados ao fato de sermos mortais: “Os deuses não devem ser temidos, a morte não deve amedrontar, o bem é fácil de se conquistar, o mal, fácil de suportar.”

² Ver a coletânea intitulada *Les Stoïciens* [Os Estóicos], Paris, Gallimard, La Pléiade, p. 1.039.

O mesmo tema se encontra em Montaigne, no famoso adágio segundo o qual “filosofar é aprender a morrer”, e em Spinoza, com sua bela reflexão sobre o sábio, “que morre menos que o tolo”; em Kant, quando se pergunta “o que nos é permitido esperar”, e até em Nietzsche, que se aproxima, com seu pensamento sobre a “inocência do devir”, dos mais profundos elementos das doutrinas da salvação elaboradas na Antiguidade.

Não se preocupe se essas alusões aos grandes autores ainda não lhe dizem nada. É normal, já que você está começando. Voltaremos a cada um desses exemplos para esclarecê-los e explicitá-los.

No momento, o que importa é apenas que você compreenda por que, aos olhos de todos esses filósofos, o medo da morte nos impede de viver bem. Não somente porque ela gera angústia. A bem dizer, na maior parte do tempo, não pensamos nisso, e estou certo de que você não passa os dias meditando sobre o fato de que os homens são mortais! No entanto, isso acontece num nível mais profundo, porque a irreversibilidade do curso das coisas, que é uma forma de morte no interior mesmo da vida, ameaça-nos de sempre nos arrastar para uma dimensão do tempo que corrompe a existência: a do passado, onde se instalam os grandes corruptores da felicidade que são a nostalgia e a culpa, o arrependimento e o remorso.

Você me dirá talvez que basta não pensar nela, basta tentar, por exemplo, fixar-se de preferência nas lembranças mais felizes do que remoer maus momentos.

Paradoxalmente, porém, a memória dos instantes de felicidade pode também nos puxar insidiosamente para fora do real, pois, com o tempo, ela os transforma em “paraísos perdidos” que nos atraem insensivelmente para o passado e nos impedem, assim, de aproveitar o presente.

Como você verá a seguir, os filósofos gregos pensavam no passado e no futuro como dois males que pesam sobre a vida humana, dois centros de todas as angústias que vêm estragar a única e exclusiva dimensão da existência que vale a pena ser vivida, simplesmente porque é a única real: a do instante presente. O passado não existe mais, e o futuro ainda não existe, insistiam eles; e, no entanto, vivemos quase toda a nossa vida entre lembranças e projetos, entre nostalgia e esperança. Imaginamos que seríamos muito mais felizes se tivéssemos isso ou aquilo, sapatos novos ou um computador turbinado, uma outra casa, outras férias, outros amigos... Mas de tanto lamentar o passado ou ter esperança no futuro, acabamos por perder a única vida que vale ser vivida, a que depende do aqui e do agora, e que não sabemos amar como ela certamente merece.

Diante dessas miragens que corroem o prazer de viver, o que nos prometem as religiões?

Que não precisamos mais ter medo, já que nossas principais expectativas serão satisfeitas e que nos é possível viver o presente tal como ele é... à espera, entretanto, de um porvir melhor! Existe um Ser infinito e bom que nos ama acima de tudo. Assim é que por ele seremos salvos da solidão, da separação dos entes queridos que, embora um dia desapareçam desta vida, nos esperarão numa outra.

O que é preciso fazer então para ser “salvo”? Fundamentalmente, é preciso crer. É, de fato, na fé e pela graça de Deus que a alquimia deve se operar. Diante Daquele que elas consideram como Ser Supremo, Aquele do qual tudo depende, elas nos convidam a uma atitude que se resume a duas palavras: confiança — em latim, diz-se *fides*, que também quer dizer “fé” — e humildade.

É nesse ponto também que a filosofia, que toma um caminho contrário, confina com o *diabólico*.

A teologia cristã desenvolveu, de acordo com essa ótica, uma reflexão profunda sobre as “tentações do diabo”. O demônio, em oposição à imagística popular frequentemente veiculada por uma Igreja desprestigiada, não é aquele que nos afasta, no plano moral, do caminho reto, apelando para a fraqueza da carne. É aquele que, no plano espiritual, faz todo o possível para nos *separar* (*dia-bolos* significa, em grego, aquele que separa) da relação vertical que liga os verdadeiros crentes a Deus, o único que os salva da desolação e da morte. O *Diabolos* não se contenta em opor os homens uns aos outros, incentivando-os até, por exemplo, a se odiar e a guerrear, mas, o que é ainda mais sério, ele separa o homem de Deus, e o abandona assim a todas as angústias que a fé tinha conseguido curar.

Para um teólogo dogmático, a filosofia — salvo, é claro, se ela se submete completamente à religião e se põe inteiramente a seu serviço (mas então ela não é mais verdadeiramente filosofia...) — é por excelência obra do diabo, pois, ao instigar o homem a se voltar contra as crenças para fazer uso da razão, do espírito crítico, ela o arrasta insensivelmente para o terreno da *divida*, que é o primeiro passo para longe da tutela divina.

No início da Bíblia, numa narrativa do Gênesis, como talvez você se lembre, é a serpente que exerce o papel do Maligno quando incita Adão e Eva a *duvidarem* da legitimidade dos mandamentos divinos que impediam de tocar no fruto proibido. Se a serpente quer que os dois primeiros humanos se interroguem e mordam a maçã, é para que eles desobedeçam a Deus, porque, separando-os Dele, ela sabe que vai poder lhes infligir todos os tormentos inerentes à vida dos simples mortais. É com a “queda”, com a saída do paraíso primeiro — onde nossos dois humanos viviam felizes, sem nenhum medo, em harmonia com a natureza e com

Deus —, que as primeiras formas de angústia aparecem. Todas elas estão ligadas ao fato de que com a queda, ela mesma proveniente da dúvida quanto à pertinência dos interditos divinos, os homens se tornaram mortais.

A filosofia — todas as filosofias, por mais divergentes que às vezes sejam nas respostas que tentam oferecer — promete também que podemos escapar dos medos primitivos. Ela tem, pois, em comum com as religiões, pelo menos na origem, a convicção de que a angústia impede de viver bem: ela nos impede não apenas de ser felizes, mas também de ser livres. Temos aí, como eu já lhe havia sugerido com alguns exemplos, um tema onipresente entre os primeiros filósofos gregos: não se pode pensar ou agir livremente quando se está paralisado pela surda inquietação que gera, mesmo quando se tornou inconsciente, o temor do irreversível. Trata-se, pois, de chamar os homens à “salvação”.

Mas, como você agora já compreendeu, essa salvação deve vir não de *Outro*, de um Ser “transcendente” (o que quer dizer “exterior e superior” a nós), *mas, na verdade, de nós mesmos*. A filosofia deseja que encontremos uma saída por nossas próprias forças, pela via da simples razão, se pelo menos conseguirmos usá-la como necessário: com precisão, audácia e firmeza. Certamente é o que Montaigne quer dizer quando, fazendo alusão à sabedoria dos antigos filósofos gregos, afirma que “filosofar é aprender a morrer”.

Toda filosofia estaria destinada a ser atéia? Não poderia haver uma filosofia cristã, judia, muçulmana? Em caso afirmativo, em que sentido? Inversamente, que estatuto conferir aos grandes filósofos que, como Descartes ou Kant, foram crentes? E por que, você me perguntará, recusar a promessa das religiões? Por que não aceitar com humildade submeter-se às leis de uma doutrina da salvação “com Deus”?

Por duas razões maiores, que, sem dúvida, estão na origem de toda filosofia.

Primeiramente — e antes de tudo — porque a promessa que as religiões nos fazem para acalmar as angústias da morte, a saber, aquela segundo a qual somos imortais e vamos reencontrar depois da morte biológica os que amamos, é, como se diz, boa demais para ser verdadeira. Boa demais e muito pouco crível a imagem de um Deus que seria como um pai para os filhos. Como conciliá-la com a insuportável repetição dos massacres e das desgraças que se abatem sobre a humanidade: que pai deixaria seus filhos no inferno de Auschwitz, de Ruanda, do Camboja? Um crente dirá, sem dúvida, que é o preço da liberdade, que Deus fez os homens livres e que o mal lhes deve ser imputado. O que dizer, porém, dos inocentes? O que dizer dos milhares de criancinhas martirizadas durante esses crimes ignóbéis contra a humanidade? Um filósofo acaba duvidando de que as respostas religiosas bastem.³ De alguma forma, ele acaba sempre pensando que a crença em Deus, que surge como que por reação, à guisa de consolo, nos faz talvez perder mais em lucidez do que ganhar em serenidade. Ele respeita os crentes, é claro. Ele não supõe necessariamente que eles estejam errados, que sua fé seja absurda, ainda menos que a inexistência de Deus seja certa. Como, verdade seja dita, se poderia provar que Deus não existe? Simplesmente não há fé, ponto final. E, nessas condições, é preciso procurar em outro lugar, pensar de outro modo.

Contudo, há mais. O bem-estar não é o único ideal sobre a Terra. A liberdade também é um ideal. E se a religião

³ Poderão replicar que essa argumentação não vale contra as visões populares da religião. Sem dúvida, nesse sentido, elas não são nem menos numerosas nem menos poderosas.

acalma as angústias, fazendo da morte uma ilusão, corre o risco de fazê-lo ao preço da liberdade de pensamento. Porque, de certa forma, ela sempre exige em troca da serenidade que pretende oferecer que, num momento ou noutro, a razão seja abandonada para dar lugar à fé, que se ponha termo ao espírito crítico para que se aceite acreditar. Ela quer que sejamos, diante de Deus, como crianças, não adultos em quem ela não vê, afinal, senão arrogantes raciocinadores.

Filosofar, mais que acreditar, é, no fundo — pelo menos do ponto de vista dos filósofos, já que o dos crentes é, com certeza, diferente —, preferir a lucidez ao conforto, a liberdade à fé. Trata-se, em certo sentido, é verdade, de “salvar a pele”, mas não a qualquer preço.

Nesse caso, talvez você me pergunte se a filosofia, no fundo, não seria senão uma busca da vida boa fora da religião, uma *procura da salvação sem Deus*, daí sua apresentação tão comum nos manuais como uma arte de bem pensar, de desenvolver o espírito crítico, a reflexão e a autonomia individual. E por isso, na cidade, na televisão ou na imprensa, ela seja reduzida tão freqüentemente a um engajamento moral que opõe, no mundo tal como ele segue, o justo e o injusto? O filósofo não seria, por excelência, aquele que compreende o que é, e em seguida se engaja e se indigna contra os males do tempo? Que lugar oferecer às outras dimensões da vida intelectual e moral? Como conciliá-las com a definição da filosofia que acabo de esboçar?

As três dimensões da filosofia: a inteligência do que é (teoria), a sede de justiça (ética) e a busca da salvação (sabedoria)

Evidentemente, mesmo que a busca da salvação sem Deus esteja no centro de toda grande filosofia, se esse é seu

objetivo essencial e último, ela não poderia se realizar sem passar por uma reflexão aprofundada sobre a inteligência do que é — o que se chama comumente de “teoria” — assim como sobre o que deveria ser ou o que se deveria fazer — o que se designa habitualmente pelo nome de moral ou ética.⁴

O motivo é, aliás, muito simples de ser entendido.

Se a filosofia, assim como as religiões, encontra sua fonte mais profunda numa reflexão sobre a “finitude” humana, no fato de que para nós, mortais, o tempo é realmente contado, e de que somos os únicos seres neste mundo a ter disso plena consciência, então, é evidente que a questão de saber o que vamos fazer da duração limitada não pode ser escamoteada. Diferentemente das árvores, das ostras e dos coelhos, não deixamos de nos interrogar a respeito de nossa relação com o tempo, sobre como vamos ocupá-lo ou empregá-lo, seja por breve período, hora ou tarde que se aproxima, ou longo, o mês ou o ano em curso. Inevitavelmente, chegamos, por vezes, num momento de ruptura, de um acontecimento brutal, a nos interrogar sobre o que fazemos, poderíamos ou deveríamos ter feito de nossa vida toda.

⁴ Uma observação a respeito de terminologia, para que se evitem mal-entendidos. Deve-se dizer “moral” ou “ética”, e que diferença existe entre os dois termos? Resposta simples e clara: *a priori*, nenhuma, e você pode utilizá-los indiferentemente. A palavra “moral” vem da palavra latina que significa “costumes”, e a palavra “ética”, da palavra grega que também significa “costumes”. São, pois, sinônimos perfeitos e só diferem pela língua de origem. Apesar disso, alguns filósofos aproveitaram o fato de que havia dois termos e lhes deram sentidos diferentes. Em Kant, por exemplo, a moral designa o conjunto dos princípios gerais, e a ética, sua aplicação concreta. Outros filósofos ainda concordarão em designar por “moral” a teoria dos deveres para com os outros, e por “ética”, a doutrina da salvação e da sabedoria. Por que não? Nada impede de se utilizar essas duas palavras dando-lhes sentidos diferentes. Mas nada obriga, porém, a fazê-lo e, salvo explicação contrária, utilizarei neste livro os dois termos como sinônimos perfeitos.

Em outras palavras, a equação “mortalidade + consciência de ser mortal” é um coquetel que carrega em germe a fonte de todas as interrogações filosóficas. O filósofo é, antes de tudo, aquele que pensa que não estamos aqui como “turistas”, para nos divertir. Ou, melhor dizendo, mesmo que ele conseguisse, ao contrário do que acabo de afirmar, chegar à conclusão de que só o divertimento vale a pena ser vivido, pelo menos isso seria o resultado de um pensamento, de uma reflexão e não de um reflexo. O que supõe que se percorrem três etapas: a da *teoria*, a da *moral* ou da *ética* e, em seguida, a da *salvação* ou *sabedoria*.

Podemos formular as coisas simplesmente do seguinte modo: a primeira tarefa da filosofia, a da teoria, consiste em se ter uma idéia do “campo”, em se conquistar um mínimo de conhecimento do mundo no qual nossa existência vai se desenvolver. Com que ele se parece: hostil ou amigável, perigoso ou útil, harmonioso ou caótico, misterioso ou compreensível, belo ou feio? Se a filosofia é busca de salvação, reflexão sobre o tempo que passa e que é limitado, ela não pode deixar de se interrogar, de saída, sobre a natureza do mundo que nos cerca. Toda filosofia digna desse nome parte, pois, das ciências naturais que desvelam a estrutura do universo — a física, a matemática, a biologia etc. —, mas também das ciências históricas que nos esclarecem tanto sobre sua história quanto sobre a dos homens. “Aqui ninguém entra se não for geômetra”, dizia Platão a seus alunos, ao falar de sua escola, a Academia, e, depois dele, nenhuma filosofia jamais pretendeu seriamente economizar conhecimentos científicos. Mas é preciso ir mais longe e interrogar-se também sobre os *meios* de que dispomos para conhecer. Ela tenta, portanto, além das considerações tomadas às ciências positivas, delimitar a natureza do conhecimento enquanto tal,

compreender os métodos aos quais ela recorre (por exemplo, como descobrir as causas de um fenômeno?), mas também os seus próprios limites (por exemplo, pode-se demonstrar ou não a existência de Deus?).

Essas duas questões, a da natureza do mundo e a dos instrumentos de conhecimento de que dispõem os humanos, constituem também o essencial da parte *teórica* da filosofia.

É evidente que além do campo, além do conhecimento do mundo e da história na qual nossa existência acontece, precisamos nos interessar pelos outros humanos, por aqueles com os quais vamos atuar. Porque não apenas não estamos sós, mas, além disso, o simples processo da educação mostra que não poderíamos simplesmente nascer e subsistir sem a ajuda de outros humanos, a começar por nossos pais. Como viver com o outro, que regras adotar, como nos comportar de modo “vivível”, útil, digno, de maneira “justa” em nossas relações com os outros? Essa é a questão da segunda parte da filosofia, a parte não mais teórica, mas *prática*, a que pertence, em sentido lato, à esfera *ética*.

Mas por que se esforçar para conhecer o mundo e sua história, por que se esforçar para viver em harmonia com os outros? Qual a finalidade ou o sentido de todos esses esforços? É preciso que tudo isso tenha um sentido? Todas essas questões e outras da mesma ordem nos remetem à terceira esfera da filosofia, a que concerne, você já sabe, à questão última da *salvação* ou da *sabedoria*. Se a filosofia, segundo sua etimologia, é “amor” (*philo*) da sabedoria (*sophia*), é nesse ponto que ela deve se apagar para dar lugar, tanto quanto possível, à própria sabedoria, que dispensa, é claro, qualquer filosofia. Porque ser sábio, por definição, não é amar ou querer ser amado, é simplesmente viver sabiamente, feliz e

livre, na medida do possível, tendo enfim vencido os medos que a finitude despertou em nós.

Mas tudo isso está ficando muito abstrato, eu sei. De nada adianta continuar explorando a definição da filosofia sem dar um exemplo concreto. Esse exemplo vai fazer com que você veja, na prática, as três dimensões — teoria, ética, busca da salvação ou sabedoria — que acabamos de mostrar.

O melhor então é abordar sem demora o assunto, começar pelo começo, remontando às origens, às escolas de filosofia que floresceram na Antiguidade. Sugiro que você considere o caso da primeira grande tradição de pensamento: a que passa por Platão e Aristóteles e em seguida encontra sua expressão mais acabada, ou pelo menos a mais “popular”, no estoicismo. É, portanto, por ele que vamos começar. Em seguida, podemos juntos explorar as maiores épocas da filosofia. Teremos ainda que compreender por que e como se passa de uma visão de mundo a outra. Será porque a resposta anterior não nos basta, porque ela não nos convence mais, porque uma outra a suplanta incontestavelmente, porque existem várias respostas possíveis?

Você compreenderá, então, em que a filosofia é, ainda nesse aspecto, contrariamente à opinião comum e falsamente sutil, muito mais a arte das respostas do que a das perguntas. E como você vai poder avaliar *por si mesmo* — outra promessa crucial da filosofia, justamente porque ela não é religiosa e não submete a verdade a Outro —, em breve vai perceber o quanto essas respostas são profundas, apaixonantes, em resumo, geniais.